



SEÇÃO: TRIBUNA

## O populismo no Brasil: desafios de um debate historiográfico

*Populism in Brazil: challenges of a historiographical debate*
*Populismo em Brasil: desafios de um debate historiográfico*
**Angela de Castro**
**Gomes<sup>1</sup>**
[orcid.org/0000-0002-1911-760X](https://orcid.org/0000-0002-1911-760X)  
[angelamariadecastrogomes@gmail.com](mailto:angelamariadecastrogomes@gmail.com)
**Recebido em:** 16 fev. 2022.

**Aprovado em:** 8 mar. 2022.

**Publicado em:** 30 ago. 2022.

**Resumo:** Este texto foi pronunciado como Conferência de Encerramento do XIX Congresso Internacional da AHILA, realizado em Paris, em agosto de 2021, por via remota. Ele faz uma reflexão sobre a trajetória do conceito de populismo, tendo os debates historiográficos ocorridos no Brasil, especialmente a partir dos anos 1970, como base. A posição crítica da autora, assinalada em trabalhos anteriores, é retomada sob o estímulo de se pensar os chamados neopopulismos, no caso do Brasil, o do desgoverno Bolsonaro. Defende-se que, se como conceito, o populismo não é teórica ou empiricamente sustentável, como categoria de acusação tem e terá largo trânsito.

**Palavras-chave:** Populismo. História. Historiografia. Estado e Sociedade.

**Abstract:** This text was delivered at the Closing Conference of the International Congress of AHILA, held in Paris, in August 2021, by remote means. It reflects on the trajectory of concept of populism, using the historiographical debates that took place in Brazil, especially from the 1970s onwards, as a basis. The author's critical position, highlighted in previous works, is resumed under the stimulus of thinking about the so-called neopopulisms, in the case of Brazil, the Bolsonaro misgovernment. It is argued that, if as a concept, populism is not theoretically or empirically sustainable, as a category of accusation it has and will have wide circulation.

**Keywords:** Populism. History. Historiography. State and Society.

**Resumen:** Este texto fue entregado como Conferencia de Clausura del XIX Congreso Internacional AHILA, realizado en Paris, en agosto de 2021, a distancia. Reflexiona sobre la trayectoria del concepto de populismo, a partir de los debates historiográficos ocurridos en Brasil, especialmente a partir de la década de 1970. La posición crítica del autor, destacada en trabajos anteriores, se retoma bajo el estímulo de pensar en los llamados neopopulismos, en el caso de Brasil, el de la mala gestión de Bolsonaro. Se argumenta que, si como concepto, el populismo no es sostenible teórica ni empiricamente, como categoría de acusación tiene y tendrá amplio tránsito.

**Palabras clave:** Populismo. Historia. Historiografía. Estado y Sociedad.

Gostaria de iniciar agradecendo as organizadoras do XIX Congresso Internacional da AHILA, na pessoa de Annick Lempérière, o convite que me foi dirigido. É um prazer e uma honra proferir esta Conferência de Encerramento, em especial, porque a escolha de meu nome deseja assinalar a forte presença de historiadores e historiadoras brasileiros/as nos encontros da AHILA. Atendendo à proposta das organizadoras, minha conferência se intitula, "O populismo no Brasil: desafios de um



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

debate historiográfico".<sup>2</sup>

Não importa qual seja a escolha realizada, escrever sobre os populismos e os populistas, no Brasil e creio que em qualquer outro país do mundo, será sempre um risco. Como já escrevi, por incompletude ou má compreensão, por adesão ou recusa, o texto será alvo fácil para críticas de todos os tipos.

Há pouquíssimos consensos na vasta literatura que trata do populismo. Um deles é justamente que, tomado como um conceito, ele possui grande fluidez, amplitude e ambiguidade, o que lhe permite nomear inúmeros e diferenciados exemplos históricos, através do tempo e do espaço. Tais características são constitutivas da trajetória de construção do próprio conceito, balizando seus usos e despertando, ao mesmo tempo, adesões e críticas. Dessa forma, o populismo não seria nem uma doutrina, nem mesmo um elemento central do pensamento político de um autor ou autores, não contando com elaboração teórica sistemática e consistente. O "discurso populista" abrigaria tal variedade de projetos e ideias, que se tornaria profundamente eclético e até contraditório. Porém, como os vícios e as virtudes podem estar no mesmo lugar, são essas marcas difusas que lhe permitem interpelar públicos diversos, o que lhe daria força e poder de atração, mas responderia por sua fraqueza teórica e imprecisão histórica.

Teoricamente, no singular, o populismo é proposto como um conceito de análise das ciências humanas e sociais, isto é, como um constructo que tem sua historicidade. Mas os populismos, no plural, são reconhecidos como fenômenos empíricos da história política de diversos países. Portanto, o conceito pretende realizar uma descrição das características observadas em fenômenos históricos, localizados no tempo e no espaço, para assim entender o que se está definindo como populismo. Essa dupla existência supõe uma convergência entre o que o conceito prescreve teoricamente como características fundamentais

do que nomeia; e o que os fenômenos aos quais ele se aplica, evidenciam, quando análises históricas sobre tais realidades são efetuadas. Essa convergência é necessária para que o conceito tenha valor heurístico, o que significa que ele precisa ser construído com princípios teóricos verificáveis, quando aplicados à compreensão dos fenômenos históricos que pretende descrever, a despeito de sua diversidade. Do ponto de vista conceitual, mesmo considerando-se, como nos ensina Koselleck, que um conceito é uma palavra que concentra uma multiplicidade de significados, sendo sempre polissêmico e abrindo horizontes de análise – ao que o populismo atende; um conceito precisa, igualmente, atuar como um "limitador" das experiências históricas às quais se aplica, remetendo a certos conteúdos e permitindo algumas interpretações – o que, a meu ver, já não ocorreria com o populismo,

E que tipo de fenômeno recebe a designação de populismo? Esse é um ponto fundamental, pois, o populismo é geralmente identificado como uma forma, um estilo ou uma técnica de fazer política, que envolveria uma relação entre uma liderança e o "povo", noção também fluida e complexa. Assim, sua utilidade cognitiva seria permitir um melhor entendimento de determinados períodos, projetos, acontecimentos e personagens da história política de uma nação. Ou seja, o populismo não é um período, um projeto, um acontecimento ou uma personagem histórica. Como conceito pretende ser uma interpretação, que deseja descrever aquilo que enuncia. Ora, sabemos que não há fatos sem interpretações, e, muitas vezes, essas fronteiras são borradas. Há casos, contudo, em que o fato se confunde de tal maneira com a interpretação, que o fato é a própria interpretação que se constrói. É o que ocorre no caso do conceito de populismo, o que exige que façamos, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a trajetória histórica desse conceito, em um caso específico (o Brasil), interligando-a

<sup>2</sup> O texto dessa conferência – lido no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 2021 – utilizou reflexões desenvolvidas ao longo de meu trabalho como pesquisadora que debate o tema do populismo há décadas. Porém, beneficiou-se, particularmente, de parte de uma publicação recente em língua inglesa: "The History and Historiography of Populism in Brazil (1930–1964)" em, *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, Oxford, Oxford University Press, 2021. As referências foram anexadas para essa publicação e se resumem a alguns dos títulos de minha autoria sobre o tema.

com os fatos que ele pretende nomear, quando aplicado a tal experiência. Essa preocupação deixa claro que seu processo de construção, bem como seus “usos políticos” – ao circularem na sociedade, integrando-se à linguagem das mídias, dos políticos e do senso comum – são partes decisivas da trajetória do conceito.

Considerando que são muitos os populismos e os populistas, diversas tipologias foram construídas para dar conta de suas possibilidades. Uma das mais utilizadas adota como critério, uma espécie de cronologia de seu aparecimento. Haveria os primeiros populismos, os “originais”, do século XIX e início do XX; os chamados populismos clássicos, da América Latina de meados do século XX; e os neopopulismos do século XXI. Nessa tipologia, o que se chama de populismo clássico, para os casos latino-americanos, funciona como uma espécie de matriz: suas características indicariam um conjunto de elementos fundamentais, mesmo levando-se em conta as muitas variações. Porém, o que se tem observado, nos casos dos populismos atuais, por exemplo, é que tais variações têm sido tão diferenciadas que, em alguns casos, chega a ocorrer uma completa transformação do que se buscou definir como “clássico”.

Provavelmente, devido a esse extenso arco temporal e espacial, há autores que defendem o caráter internacional ou globalizado do conceito, embora as análises construídas com a utilização dessa família de palavras, tenham se voltado, predominantemente, para experiências nacionais. Mais especificamente ainda, quando se referem aos populismos das experiências latino-americanas. Há razões para tanto, e elas remetem à combinatória entre as condições internacionais para a emergência do populismo, chamado clássico – o contexto da Segunda Guerra Mundial – e o espaço geográfico preferencial de sua ocorrência: o terceiro mundo, com grande destaque, a América Latina. O contexto político das décadas de 1930, 1940 e 1950 explicaria a força da supremacia dos EUA no caso dos países latino-americanos e, como decorrência, o apelo do paradigma da modernização, com a identi-

ficação do comunismo como grande ameaça à liberal-democracia, entendida como baluarte do mundo ocidental livre.

Entretanto, as condições internacionais não seriam suficientes para se entender as características desse populismo clássico, que dependeriam das realidades históricas de cada nação. Estas experimentar, de maneira singular, seu processo de modernização, pensado como transição de uma sociedade tradicional de base agroexportadora, para uma moderna sociedade urbano-industrial, politicamente democrática. Ou seja, é o fracasso dessa transição – em termos socioeconômicos, mas principalmente políticos – que explicaria a emergência das experiências populistas, associadas a regimes autoritários e à dependência econômica. Uma lógica que evidencia que, como conceito, essa palavra é mobilizada para identificar processos históricos avaliados como frustrados, em relação ao objetivo postulado: alcançar o patamar de sociedade democrática e desenvolvida, segundo o modelo norte-americano. Ora, esse claro julgamento de valor faz com que as palavras populismo, populistas etc. tenham, inevitavelmente e de partida, um forte sentido negativo.

Ao menos no caso do Brasil, quero ressaltar como essa operação classificatória – que identifica o conceito e lhe dá valor negativo – torna-se uma constante, que acompanhará tudo o que for por ele nomeado. Justamente por essa razão, outra proposta para se trabalhar com o conceito seria adotar a perspectiva do enunciador do discurso sobre quem é e como se é populista. Isso porque, grande parte da literatura constatou que tal conceito, certamente pelo valor negativo a ele atribuído, raramente ou nunca é usado como uma autodefinição. Os discursos que dizem o que é populismo e quem é populista são uma forma de se identificar, para combater, aqueles que estão sendo definidos como os adversários ou inimigos da ocasião. Assim, essa família de palavras diria mais sobre aqueles que a utilizam, seja nas formulações acadêmicas ou nos embates políticos, do que propriamente sobre aqueles nomeados como populistas. Algo que evidencia a

força dessa conotação valorativa de teor negativo nas enunciações “sobre” os populismos, já que os populistas são sempre os “outros”.

Dessa forma, a despeito de existir um sistemático debate sobre a operacionalidade do conceito, outra constante pode ser observada: o populismo, no Brasil, tornou-se uma categoria de acusação, traduzindo valores negativos presentes no “outro” sobre o qual se fala. Por conseguinte, mesmo que pesquisas acadêmicas busquem utilizá-lo sem esse tom depreciativo, seu sentido negativo está tão consolidado, que chega a comprometer o vocabulário da análise.

Consciente de tais percalços, tratar do populismo, especialmente no momento atual, é particularmente desafiador, já que as primeiras décadas do século XXI o trouxeram de volta para o futuro, sob a designação neopopulismos, populismo pós-marshalliano etc. É possível diagnosticar, assim, um renascimento dos estudos sobre o populismo, quer nas Américas, quer na Europa, sendo interessante reconhecer que sua atual recepção tem sido tão polêmica, quanto foi à ocorrida na segunda metade do século XX, quando o conceito era destinado a identificar as agruras de países atrasados, subdesenvolvidos ou de terceiro mundo.

Observando essa nova onda de interesses, percebo que ela assume duas vertentes principais. A primeira se vincula à multiplicação de experiências de autoritarismo ocorridas em todos os continentes, com a ascensão de candidatos de extrema direita ao primeiro plano das lutas políticas ou mesmo à chefia dos executivos nacionais. Muitos exemplos dessa recente montante anti-democrática têm sido chamados de populistas, a despeito de sua variedade, o que não chega a surpreender. Entre eles estão: a eleição de Trump, nos EUA; a aprovação do Brexit, na Inglaterra; e o fortalecimento dos nacionalismos de direita na França, Polônia, Eslováquia, Hungria e República Tcheca, entre outros. No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, beneficiou-se dessa linhagem de experiências chamadas de populistas.

Nessa chave, a palavra ganhou novo fôlego

e atualidade, sendo interessante assinalar, de um lado, que esses novos governos chamados populistas são de extrema direita e não de esquerda, a despeito das limitações, ao uso do par direita - esquerda para nomear políticas e políticos; de outro, que essa designação tem sido utilizada e compartilhada não só para identificar como para criticar, tanto experiências europeias, como latino-americanas. Ou seja, em contexto muito diverso, tal designação está explicitando e reafirmando o valor negativo presente no vocabulário populista há décadas.

A segunda vertente, resultante da emergência de exemplos históricos do que seria o populismo atual, assinala um renascimento dos estudos sobre os populismos em geral, mas, principalmente, sobre o chamado de clássico. Penso que esse ressurgimento quer trazer novidades teóricas, valendo-se das importantes transformações ocorridas nos paradigmas das ciências humanas e sociais na virada do século XX. Nesse novo contexto, a interpretação populista da história dos países latino-americanos seria retomada em bases mais positivas. Por isso, entendo que tal retorno procura funcionar: 1) como uma forma de reabilitação do valor heurístico do conceito, que passaria a ser retomado, para se repensar uma série de questões-chave; 2) como uma reabilitação das próprias experiências históricas populistas dos anos 1930/40/50, que perderiam a forte marca do fracasso econômico, social e político, a elas atribuída pela adoção da teoria da modernização.

Verifico também que essa revisão dos exemplos históricos do populismo clássico, que defende a manutenção do uso dessa designação, traz contribuições muito instigantes. Contudo, não estou segura de que elas sejam tão diferentes, daquelas que foram realizadas nos anos 1980/90, quando o conceito passou a sofrer sistemáticas críticas, teórica e empiricamente bem fundamentadas, o que gerou seu abandono por vários historiadores e cientistas sociais, mas não o tirou de circulação na academia e muito menos, na luta política.

De toda a forma, um ponto desse renascimento

me chama a atenção. No que diz respeito aos populismos atuais, o que tem ocorrido é um fortalecimento de seu valor negativo, consagrando-o, mais uma vez, como uma categoria de acusação. Ou seja, os esforços para que tal família de palavras passe a ganhar sentidos neutros ou positivos têm se demonstrado um imenso desafio. Se ele será bem-sucedido para algumas experiências históricas de populismo, é difícil de prever. O que é possível saber, é que estamos vivendo, em conjuntura diversa, um novo *boom* de reflexões sobre esse polêmico estilo de fazer política, que recebeu o nome de populismo e, sem dúvida, está de volta para o futuro.

Tendo em vista que o Brasil é lembrado como um caso exemplar de populismo, passo a elencar, brevemente, as condições sociais dessa interpretação. Embora desde a década de 1950 as palavras populismo e populista circulassem na imprensa e em alguns estudos acadêmicos, apenas após o golpe de 1964 e sob seu impacto, tornaram-se temas centrais da academia. Nos anos 1960/70 alcançam grande compartilhamento, para passar a receber críticas, a partir dos anos 1980/90. Importa esclarecer que eu mesma fui uma das primeiras críticas dessa interpretação. Por isso, começo assinalando sua grande importância e influência no mundo intelectual e político brasileiro, o que se explica, quer pelo contexto de sua elaboração e disseminação – os anos da ditadura – quer por seus indissociáveis e efetivos vínculos com a luta pela democratização.

É devido a essa associação, que muito da renovação conceitual ocorrida na história e nas ciências sociais brasileiras foi alimentada ou pelas adesões e ou pelas recusas, que marcaram o debate sobre as teses do populismo. A centralidade desse debate, portanto, levou a inovações nos temas e objetos de pesquisa e, principalmente, nas abordagens teóricas, que vão acabar minando o núcleo da interpretação populista, identificada na "manipulação de massas". Entre muitos exemplos, quero citar o da transformação ocorrida na própria concepção de povo – eixo da construção de qualquer populismo – que deixou de ser um povo/massa, como aparece nessas

primeiras formulações, para se apresentar como um conjunto de sujeitos históricos, individuais e coletivos, dotados de agência e racionalidade política.

Essa interpretação foi tão poderosa, que construiu uma periodização para a história republicana do Brasil, em dois tempos. O primeiro, iria da Revolução de 1930 até o ano de 1945, o da queda do Estado Novo e deposição de Getúlio Vargas, identificado como o das "origens" do populismo. O segundo, teria início com a Constituição de 1946, seguindo até 1964, ano do golpe civil-militar, período da República Populista, no sentido de uma república fracassada, especialmente no que diria respeito avanços democráticos. Assim, compreender as razões do golpe de 1964 era uma questão incontornável para a construção de uma história do Brasil, interpretada por essa chave de leitura. E a resposta formulada acabou por evidenciar o enredo de uma narrativa teleologicamente orientada: o golpe de 1964 teria sido causado pelo "esgotamento" ou "colapso" do populismo no Brasil.

Com tal assertiva, portanto, ficava estabelecido que: a) tinha existido um fenômeno histórico, chamado populismo, no Brasil do pré-64; b) ele possuía uma história, que precisava ser conhecida, e, como se sabia, terminava (mal) em 1964; c) era preciso dar prioridade ao estudo das características históricas desse fenômeno, que tinha um "nome", mas ainda era desconhecido; d) do conhecimento do "passado populista" do Brasil, dependia o enfrentamento da ditadura civil-militar, bem como a projeção de um futuro, liberal-democrático ou socialista.

Isso significava que, no espaço de tempo entre a década de 1930 e o início dos anos 1960, a marca fundamental da política brasileira teria sido um tipo de relação entre Estado e Sociedade, representantes e representados, que envolveria, de um lado, uma liderança pessoal carismática, forte e benevolente; e de outro, o "povo", entendido como "massa", que por não estar organizada e não ter consciência de seus "verdadeiros" interesses seria incapaz de agir autonomamente, o que permitiria a chamada "política de manipulação de massas".



Tal política, entretanto, não era concebida de forma simplista ou unidirecional (de cima para baixo), o que efetivamente tornaria o apelo do discurso populista mais fraco e a adesão do povo mais "irracional". Em diversas formulações, ela é marcada por grande ambiguidade, sendo, tanto uma forma de o Estado controlar o processo de incorporação política do "povo"; como um real atendimento de suas demandas, embora isso sempre fosse feito de maneira um tanto ilusória e enganosa.

Este talvez seja o ponto que melhor traduz a fragilidade, teórica e empírica, da interpretação populista. Isso porque, mesmo na versão que considera haver inclusão política ao menos de parcelas do povo – no caso, os trabalhadores urbanos –, o modelo populista se constrói a partir de uma concepção instrumental de relações políticas, que remete ao controle e à manipulação estatal, o que era justificado pela fraqueza política do interlocutor popular, composto por massas vindas do campo, pouco escolarizadas e alheias a seus verdadeiros interesses. Não por acaso, a interpretação populista se fortaleceu quando as teorias da modernização e da dependência ganharam trânsito na América Latina. Daí os vínculos entre "política de massas" e industrialização da economia, para o que as políticas de regulamentação do mercado de trabalho seriam fundamentais, constituindo-se nos melhores indicadores da precoce incorporação das "massas" a esse processo de modernização. Não suportando essas pressões por ampliação da participação popular, o populismo entraria em colapso.

É nitido, portanto, como o populismo é postulado como o grande obstáculo à realização tanto do modelo liberal-democrático, como do socialista. Nesses casos, partidos e outras organizações de mediação política têm peso e, por tal razão, transformam a "massa" em povo organizado e racional, retirando dos líderes populistas a possibilidade de encarnar o Estado como poder benevolente e manipulador. É esse o modelo de análise que seria progressivamente criticado, com a adoção de uma nova perspectiva teórica que sofisticava a dinâmica sociopolítica existente no interior

das relações entre dominantes e dominados, representantes e representados, lideranças políticas/povo. De forma muito esquemática, por essa dinâmica não existiriam atores, individuais ou coletivos, passivos e/ou sem consciência. Ao contrário, seria sempre necessário considerar as relações de poder de forma ampliada, com grande variedade de possibilidades de interação entre sujeitos históricos que, mesmo dispondo de recursos de poder muito diferenciados, deveriam ser considerados participantes da política e sujeitos de suas escolhas e ações.

No caso brasileiro, isso significou reconhecer que os trabalhadores urbanos, mesmo quando submetidos à ditadura do Estado Novo, foram capazes de ter agência, apropriando-se das promessas do discurso trabalhista varguista e das formas de organização sindical corporativista, para utilizá-las em seu benefício. Uma estratégia de resistência e ampliação de margens de ação, que ganhou muito mais força durante a experiência liberal-democrática do pós-1946.

Assim, quando as críticas à interpretação populista se disseminaram, surgiram e se multiplicaram pesquisas acadêmicas, que demonstraram como os trabalhadores, desde os anos 1940 e durante toda a década de 1950, souberam se aproveitar das brechas do sistema político, cobrando dos governos a expansão de seus direitos políticos e sociais, e tornando o sindicalismo corporativista e a Justiça do Trabalho espaços de luta efetiva. São muito numerosos os estudos – quer na área da história social do trabalho, quer da sociologia do trabalho ou da ciência política – que exploram, até hoje, as numerosas formas de organização e luta dos trabalhadores. Nesse sentido, entraram em cena outros sujeitos históricos, como lideranças político-partidárias vinculadas ao mundo sindical e vice-versa; magistrados e advogados trabalhistas; e membros de diferentes associações, como as de lazer, esporte, de luta contra o racismo, entre outras.

Sem dúvida, se até praticamente a década de 1950, apenas os trabalhadores urbanos puderam se beneficiar de muitas dessas conquistas, estando os trabalhadores rurais delas excluídos,

já na virada da década de 1950 para 1960, eles rapidamente se mobilizam, e passam a demandar o cumprimento de direitos sociais, através de ações grevistas, processos na justiça e variadas manifestações políticas. Inúmeras pesquisas atestam esse fato, bem como sua conexão com o sindicalismo urbano e os partidos políticos mais permeáveis às reivindicações dos trabalhadores, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Foi se tornando insustentável, em função dos resultados alcançados pelas pesquisas de historiadores e cientistas sociais, defender que a legislação social e o discurso trabalhista, vindos dos anos 1930/40, eram uma ilusão mantida por políticos populistas sem vínculos partidários e sem bases eleitorais, durante a experiência liberal-democrática do pós-1946. A complexidade dos confrontos e dos pactos políticos realizados, e o aumento da participação e da representação políticas, traduzidas pelo crescimento do eleitorado e dos movimentos sociais, não cabiam na interpretação populista dessas décadas da história do Brasil. Nem os políticos, nem os partidos, nem os sindicatos, nem os trabalhadores, nem os eleitores se comportavam da forma descrita pela interpretação, quando submetido à pesquisa histórico-sociológica. É quase impossível dimensionar a quantidade e a qualidade dessas novas pesquisas, orientadas por referências teóricas com efetivo valor heurístico para a compreensão da história política do Brasil.

Isso não significou, é claro, um completo abandono do conceito, mas o número de estudiosos que o afastam de suas análises vem crescendo. Vale assinalar, contudo, que tal afastamento não implicou na busca de outro conceito que funcionasse como um substitutivo para o de populismo. Muito ao contrário, e eu sou um bom exemplo disso, a despeito dessa posição poder ser criticada por seu historicismo. Entendo que como conceito, as bases teóricas do populismo já foram muito questionadas, apontando-se, empiricamente, suas fragilidades. Porém, como categoria de acusação da luta política, essa

família de palavras mantém toda a sua força e popularidade, continuando a ser uma arma efetiva para ferir ou destruir os adversários políticos. Algo que merece atenção particular após as eleições de Jair Bolsonaro, um político de extrema-direita, que ascendeu na onda do que se tem chamado de neopopulismo.

No Brasil, a existência de uma grande variedade de políticos acusados de populismo, à direita ou à esquerda, não surpreende mais ninguém. Talvez, os populistas de direita tenham sido até mais numerosos. Contudo, os de esquerda, digamos assim, como João Goulart (o presidente deposto pelo golpe de 1964 e herdeiro de Getúlio Vargas) continuam mais célebres como encarnação deste mal, que seria dominante na tão maltratada República do pós-1946. Um mal, aliás, transmitido às lideranças da Nova República do pós-1988, especialmente ao presidente Lula, com o mesmo objetivo de desqualificação.

Bolsonaro, cuja eleição é identificada como índice do desmoronamento das bases dessa Nova República do pós-88, poderia ser visto como mais um integrante dessa linhagem de lideranças populistas de extrema direita. Passado valioso para se entender como ele se beneficiou de um conjunto de valores, crenças, linguagens e símbolos, que já são conhecidos da população: o moralismo, o combate à corrupção, o anticomunismo, o ser o "novo" na política etc. Por isso, é importante demarcar de que forma ele altera radicalmente essa tradição de direita, desafiando tentativas de classificação que buscam lhe dar inteligibilidade, nomeando o inominável.

A meu ver, ele faz isso, quando articula um discurso de ódio, cuja retórica está povoada de palavras a ações de baixo calão – palavrões e gestos obscenos – tudo para mobilizar apoios a uma plataforma governamental, definida, por ele mesmo, pelo objetivo político da destruição. Destruir, com violência física e simbólica, todos e tudo que for definido como inimigo ou obstáculo: os diferentes, o meio ambiente, a cultura, os intelectuais, as mulheres, os negros, os povos originários etc. Bolsonaro, como diagnosticou

Angela Alonso, é um líder que não lidera; ele libera.<sup>3</sup> Libera e autoriza os integrantes de sua base política, a se armar e ir para as ruas combater como em uma guerra santa. É assim que ele dá um sinal positivo, no mundo público, a comportamentos e sentimentos que, existindo no mundo privado, não eram apresentados como modelo do que os cidadãos brasileiros deveriam se tornar. Dessa forma, Bolsonaro, em diversas ocasiões, estimula a violência interpessoal como norma, destruindo os nexos regulatórios da vida em sociedade; desintegrando a sociedade e lançando-a numa espécie de "outro" estado da natureza, onde impera a desigualdade.

Tenho certeza de que a sociedade brasileira é violenta, preconceituosa, racista, machista e afeita às pregações salvacionistas, no que, aliás, não é tão distinta de outras sociedades. Entretanto, as mais expressivas lideranças políticas brasileiras de direita, do passado, estavam longe de estimular condutas tão destrutivas nas relações cotidianas e no espaço público, como faz Bolsonaro. Esse é o ponto que quero destacar pela importância que lhe atribuo e pelo temor que me causa. As palavras e ações, baixas e violentas de Bolsonaro não devem ser naturalizadas por sua repetição infinta. A conduta de um presidente da República não é algo a ser banalizado, e o número de mortos por COVID-19 evidencia as consequências terríveis de seu exemplo literalmente mortal.

Venho observando que Bolsonaro tem sido chamado de populista por parte da imprensa, mas nem tanto por seus opositores, a despeito do trânsito dessa categoria de acusação no senso comum dos brasileiros. A palavra fascista tem sido utilizada pelos intelectuais, e talvez ganhe força, mas, a meu ver, ela é adequada como categoria de acusação. Isso porque, os regimes fascistas, violentos e anticivilizatórios, primam pelo projeto de trazer a sociedade para dentro do Estado, o que é exatamente o contrário do tsunami de desregulações e desintegrações que o

Brasil tem vivido.

Como historiadora, não considero útil ampliar demasiadamente o alcance de conceitos, menos ainda quando eles possuem uma multiplicidade de usos políticos. Prefiro mobilizá-los para designar experiências políticas de contextos históricos específicos, afastando-me de riscos desnecessários e contraproducentes. Como historiadora, considero necessário trabalhar com conceitos, desde que eles tenham efetivo valor teórico e empírico. Por essa razão, subscrevo as reflexões de Renato Lessa, cientista político e amigo que, em julho de 2021, escreveu sobre o fenômeno do bolsonarismo,<sup>4</sup> numa enunciação do que penso e, assim, encerro esta conferência. Cito Lessa:

O que nomeamos como "bolsonarismo" é um fenômeno sem conceito. A obsessão de lhe atribuir um – fascismo, populismo, autoritarismo, necropolítica etc. – decorre da perturbação que sentimos diante de objetos sem forma e dotados de concentração incomum de negatividade.

A tendência a fabricar conceitos é um recurso de autoproteção, pois a posse de um nome para o inaudito propicia um sentimento de familiaridade. (...) O valor psicológico do conceito por vezes excede seu suposto valor cognitivo.

Movido pela sensação da relativa inutilidade dos conceitos para o conhecimento das coisas do mundo, penso na possibilidade – e no imperativo – de imaginar uma fenomenologia da destruição [...]. Sendo assim, o objeto em questão (o bolsonarismo) não será aqui declinado como conceito: tem mais a ver com a etiqueta afixada na gaveta para indicar que nela abrigamos uma coleção de coisas abjetas.

## Referências

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. (1. ed. de 1988).

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em tempos de cólera. In: *Democracia em risco? 22 Ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 175-194.

<sup>3</sup> ALONSO, Angela. Bolsonaro é um líder que não lidera; ele libera. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 out. [2018]. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/17/bolsonaro-e-um-lider-que-nao-lidera-ele-libera.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2022.

<sup>4</sup> LESSA, Renato. A destruição: "Bolsonaro, a palavra podre e a destruição da democracia". *Piauí*, ed. 178, jul. [2021]. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-destruicao>. Acesso em: 25 abr. 2022.



GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. *In*: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucilia A. Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (1930-1945)*. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 173-201.

GOMES, Angela de Castro. The history and historiography of Populism in Brazil (1930-1945). *Oxford Research Encyclopedia of Latin American*, Oxford, p. 1-17, 2021.

---

### Angela de Castro Gomes

Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; mestre em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; professora emérita do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas; no Rio de Janeiro, RJ, Brasil; pesquisadora visitante na Unirio, no Rio de Janeiro, RJ, Brasil, pela Faperj.

---

### Endereço para correspondência

Angela de Castro Gomes  
Universidade Federal Fluminense  
Rua Marquês de Olinda, n. 38, bl. 2, ap. 505  
Botafogo, 22250-040  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.*